

educar

PARA DESVENDAR O SEU TEMPO

Edição Especial do 11º Congresso do Sintepe | Fevereiro 2020

A luta é uma só!

Divergências existem e sempre vão existir. Contudo, não impedem a unidade de todos e todas na defesa da educação. O 11º Congresso do Sintepe, realizado em Gravatá, entre os dias 11 e 14 de novembro de 2019, demonstrou isso. Após muitos debates, as correntes políticas que atuam no Sindicato decidiram unificar os planos de lutas das três teses apresentadas no Congresso. Para enfrentar os retrocessos impostos pelos governos e ampliar conquistas, a luta seguirá nas salas de aula e nas ruas, em defesa da Educação, da Escola e da Democracia.

SINTEPE
CNE CUT



Professora Eliete Santiago
Coord. da Cátedra Paulo Freire (UFPE)

EDUCAÇÃO

Experiência humana, direito social e prática político-pedagógica

A educação é uma experiência eminentemente humana. Uma busca incessante de humanização do humano. Abordada no sentido amplo, constitui-se em processo de socialização e, especificamente, como escolarização. Embora à educação se atribuam diversos termos, numa tentativa de qualificá-la e caracterizá-la, a exemplo de educação profissional, educação científica, educação de jovens e adultos, ganha centralidade a natureza humana e as relações que se estabelecem nos contextos culturais como tradução do humano e como busca da humanização.

“Apoiada nos referenciais freirianos, defendemos uma educação crítica, criativa, ética e estética na qual não há espaço para discursos de neutralidade...”

A educação é um direito humano, universal e social. No Brasil, a Constituição Federal de 1988 declara o direito à educação no conjunto dos direitos sociais. A conquista foi incorporada pela Lei nº 9394/1996 (LDB), está presente e foi ampliada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente e constitui política no Plano Nacional de Educação. É importante ressaltar que assegurar o direito à educação vai além da oferta de vagas nas escolas, embora sejam elas fundamentais. Garantir o direito à educação implica na garantia de permanência das/dos estudantes na escola com acesso ao conhecimento, assim como uma escola de qualidade socialmente referenciada

para todas/todos e profissionais da educação qualificadas/os e valorizadas/os.

Educação é um ato político. É uma prática político-pedagógica. Apoiada nos referenciais freirianos, defendemos uma educação crítica, criativa, ética e estética na qual não há espaço para discursos de neutralidade, discursos discriminatórios e criminalização epistemológica. A educação, com base nos princípios de Paulo Freire, é uma educação dialógica com a finalidade de humanização do humano. Educação preocupada com o processo de conhecimento como leitura crítica da realidade, compreensão e intervenção social.



Professor José Batista Neto
Cátedra Paulo Freire (UFPE)

ESCOLA

E a escola à maneira de quem lhe quer bem, como seria?

A Escola, nos dias que correm, necessita articular as funções convencionais a ela conferidas com as exigências e desafios postos pela sociedade contemporânea. Por funções convencionais, entendemos a transmissão/assimilação dos conhecimentos científicos e tecnológicos, o desenvolvimento de um pensamento autônomo, crítico e criativo, a formação de valores ético-morais e atitudes sociais. Essa tripla função vem sendo interpelada por exigências de uma sociedade globalizada, cujas relações sociais são

mediatizadas, de forma cada vez mais intensa e crescente, por tecnologias da informação e comunicação. A interpelação da escola se traduz ainda pela problematização de questões contemporâneas que emergem do âmbito da cultura, que estão a exigir a formação, nos sujeitos sociais, de capacidades para o diálogo e a comunicação (conhecimento e uso da informática), o reconhecimento das diferenças, o respeito às diversidades e a tomada de consciência das questões ambientais numa perspectiva de sustentabilidade. Tudo isso requer uma escola aberta a universos culturais que se instalam fora de seus muros, mas que em seu interior também se fazem presentes. Requer uma relação que não seja marcada pela passividade e pela

dependência, na qual a escola venha a se posicionar de forma subserviente. Esses universos se revelam poderosos e interesseiros, como de resto é toda atividade humana. Urge, portanto, exercitar práticas educativas na escola que, freireanamente, orientem-se por uma pedagogia da pergunta. Uma escola em que se ensine a pensar certo, porque pensa a prática, porque problematiza as relações sociais. Uma escola do diálogo franco, aberto de todos/as com todos/as, democrática e popular.

“ **Uma escola em que se ensina a pensar certo, porque pensa a prática, porque problematiza as relações sociais** ”



Flávio Brayner

Professor Aposentado (UFPE)

DEMOCRACIA

Democracia e Educação

O filósofo espanhol Fernando Savater afirmou certa vez que “o grande medo da democracia era o medo dos ignorantes!”. Mas ele não diz o que exatamente os “ignorantes” ignoram a ponto de fazer deles um perigo para a democracia!

Desde Platão que a relação entre o saber e o governo da cidade se tornou problemática. Ele achava que assim como não escolhemos ao acaso, no cais do porto, um homem qualquer para servir de timoneiro de nosso navio, também não deveríamos confiar no homem da multidão para dirigir os negócios humanos. Platão desejava um governo onde o “saber” (o filósofo) governaria: uma Sofocracia. Abre-se, desde então, um dilema entre consciência e competência, entre o cidadão e o técnico. Ocorre que aquilo que esperamos do cidadão não é a mesma coisa que esperamos do técnico: o cidadão é alguém em quem supostamente confiamos que avaliará as consequências morais (valor) das decisões políticas: o cidadão é aquele que pergunta “POR QUÊ?”. O técnico é aquele de quem supostamente esperamos que saiba executar aquelas decisões,

usando os meios adequados para a realização dos fins: o técnico é aquele que pergunta “COMO?”. Todo o problema de ordem política – Democracia incluída – é quando estes dois personagens (o cidadão e o técnico) têm seus papéis, digamos assim, trocados: quando deixamos as decisões para os técnicos (Tecnocracia) e não confiamos mais nos cidadãos como consciência judicativa, avaliando fins e valores das decisões tomadas no espaço público (privatização individualista e fim do “interesse público”). O cidadão

decide ouvindo os argumentos de outros cidadãos igualmente interessados nos destinos da Cidade; o técnico decide a partir de uma suposta racionalidade instrumental, técnica (adequação dos meios aos fins, sem se perguntar se os fins são aceitáveis).

A educação cumpre um papel decisivo na formação desses dois personagens: ela oferece ao cidadão a consciência (razão argumentativa) para avaliar as consequências dos atos decisórios e fornece ao técnico a competência para realizar o que a sociedade lhe pede (razão instrumental). Ambos são necessários e o medo democrático dos “ignorantes” é quando esperamos que a vida social se reduza a um problema de “administração”. Os “ignorantes” não são os desescolarizados: são os que confundem MEIOS e FINS da política!

“ Os ‘ignorantes’ não são os desescolarizados: são os que confundem MEIOS e FINS da política ”

Educação, Escola, Democracia

Como explicar de forma profunda, didática e reflexiva três palavras tão importantes e que, se não recebem a devida atenção, podem passar pelos ouvidos e mentes como simples menções, idealizações distantes? A explicação do dicionário nos dá uma pista, mas não é suficiente para representar a força intrínseca dessas palavras.

Por isso, os três artigos que você acabou de ler antes desse editorial abrem as portas de mais uma Revista Educar; esta, uma cobertura jornalística especial de tudo que ocorreu no 11º Congresso do Sintepe, entre os dias 11 e 14 de novembro de 2019.

Recorremos a quem estudou os temas, mas que não consideram suas palavras como finais e ungidas de santidade acadêmica, como advertiu o artigo do professor Flávio Brayner ao diferenciar o “técnico” do “cidadão”. Nos apoiamos nas palavras de quem nos faça pensar, refletir criticamente na formação dos valores ético-morais pelos quais devemos lutar, como nos exemplifica o artigo do professor José Batista. Por fim, desejamos chegar ao ato político essencial dos educadores e educadoras – “a educação” – que deve ser crítica, criativa, ética, sem espaços para escamotear opiniões e divergências, como nos ensinou a professora Eliete Santiago.

A associação intencional dessas três palavras é um alerta para enfrentarmos esse ambiente de ataques à nossa Constituição Federal Cidadã de 1988, o frágil acordo social que, não sendo suficiente em si, ao menos nos separou da barbárie sempre iminente com tanta injustiça social que esse país acumula desde sua colonização forçada.

Discutir Educação, Escola, Democracia, em um encontro com quase 700 educadores e educadoras, representando mais de 300 escolas públicas, é um grito de rebeldia. Uma prova de que trabalhadores e trabalhadoras em educação estão cientes do seu papel histórico em um contexto de ascensão da extrema-direita.

Esta revista é a tentativa de resumir a riqueza do que se discutiu e aprendeu no 11º Congresso do Sintepe. Uma reunião ampla, dialética e formativa. Esperamos que você goste. Esperamos que você, trabalhador e trabalhadora em educação de Pernambuco, se filie ao Sintepe e participe de nosso próximo congresso. Até breve, boa leitura.



Revista Educar | Janeiro 2020

Uma publicação do Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Pernambuco.

Edição Especial do 11º Congresso do Sintepe, ocorrido entre os dias 11 e 14 de novembro de 2019.

Fundado em 26 de março de 1990.

Rua General José Semeão, nº 39, Santo Amaro, Recife-PE – CEP: 50050-120

   @sintepedigital |  (81) 2127.8866 | www.sintepe.org.br

DIRETORIA DO SINTEPE

Presidente

José Fernando de Melo

Vice-Presidente

Valéria Conceição da Silva

Secretaria Geral

Marinalva Gomes da Silva Lourenço
William Menezes dos Santos

Secretaria de Finanças

Magna Katariny Oliveira de Moura
Uilson de Souza Macedo

Secretaria de Formação Política e Sindical

Diomedes Matias da Silva Filho
Zélito de Oliveira Passavante

Secretaria para Assuntos dos/as Aposentados/as

Antônia Pereira Cavalcanti
Valéria Pereira de Oliveira

Secretaria para Assuntos Educacionais

Heleno Manoel Gomes Araújo Filho
Séphora Marinho Freitas

Secretaria de Filiação e Patrimônio

José Agripino Pereira
Roza Maria Pedra Rica dos Santos M. Falcão

Secretaria para Funcionários/as Administrativos/as e Analistas Educacionais

Andréa Batista de Souza
João Alexandrino de Oliveira

Secretaria de Comunicação

Dilson José Marques Guedes
Vânia Maria Alves C. de Albuquerque

Secretaria para Assuntos do Interior

Francisco de Assis Maciel
Joana Maria Cavalcanti

Secretaria de Políticas Sociais

Ivan Rui Oliveira Costa
Paulo Ubiratan Vieira Silva

Secretaria para Assuntos Jurídicos e de Legislação

José Severino de Barros
Ronildo Oliveira do Nascimento

Secretaria para Assuntos de Gênero

Elisangela Barbosa Wanderley Bueno Aires
Jorgiane Araújo Ferreira Barbosa

Suplentes

Ivete Caetano de Oliveira
José Luciano Cavalcante Paz
Paulo Roberto Batista da Rocha

EXPEDIENTE

Secretaria de Comunicação

Dilson José Marques Guedes
Vânia Maria Alves C. de Albuquerque

Conselho Editorial

Fernando Melo, Valéria Silva, Zélito Passavante, Diomedes da Silva, Séphora Freitas, Heleno Araújo, Dilson Marques, Vânia Albuquerque e Ivete Caetano.

Assessoria de Comunicação

Tempus Comunicação

Jornalista responsável

Jônatas Campos (DRT-PE 3411)

Edição

Jônatas Campos

Textos

Marcel Tito e Thaís Lima

Fotos

JCMazella, Agência Fotos Públicas e Arquivo Alepe

Diagramação

Erandi Moreira

Concepção da capa

Marcelo Figueiredo e Zélito Passavante

Foto da capa

Zélito Passavante

Sumário



O plano é lutar todos/as juntos/as!

Após intenso debate, a tese apresentada pelas forças ligadas à Central Única dos Trabalhadores (CUT) – Articulação de Esquerda e Articulação Sindical – foi aprovada pelo plenário do 11º Congresso do Sintepe. Na continuidade dos debates, todas as forças políticas presentes no Congresso unificaram o Plano de Lutas, reforçando a unidade de todos e todas em favor da educação, da escola e da democracia.

Páginas 24 a 29

Painel Educacional debateu o nefasto projeto das escolas cívico-militares

Páginas 18 e 19

Os obstáculos e desafios dos Sindicatos discutidos no Painel Sindical

Páginas 20 a 23

Congressistas aprofundam debate sobre raça/etnia, gênero e sexualidade

Páginas 30 e 31

Pesquisa realizada pelo Sintepe traça um perfil da categoria

Páginas 43 e 44



Abertura política

Abertura política e festiva do 11º Congresso do Sintepe contou com lideranças políticas, dos movimentos sociais e sindical.

Páginas 10 e 11



Palestra magna

O economista Márcio Pochmann abriu o ciclo de debates traçando um panorama desafiador para a luta da classe trabalhadora.

Páginas 12 a 15



As lições de vida da professora Edilane Maria da Silva

Páginas 38 e 39



Cultura permeou o Congresso do Sintepe

Páginas 34 a 37

ORGANIZAÇÃO DO CONGRESSO

O passo a passo até a escolha das diretrizes

A construção dos rumos Sintepe para os próximos três anos é um processo meticuloso e democrático, realizado em diversas etapas e com a voz de todos. Antes de apresentar a tese escolhida do 11º Congresso do Sintepe, apresentamos detalhes de como são os procedimentos. O que é deliberado no Congresso? Quem são as pessoas que participam e que votam? O que são as “teses”? Qual a importância delas para a categoria? Qual é, sobretudo, a razão de ser do congresso, que voltará a ocorrer no segundo semestre de 2022?

O encontro

O Congresso é a principal instância deliberativa do Sintepe, conforme preconiza o seu estatuto. É no encontro que são escolhidas as diretrizes que vão pautar a atuação do Sindicato nos três anos seguintes, definidas a partir de teses apresentadas pelos sindicalizados.

As teses

Singularmente, a tese é um conjunto de ideias e diretrizes que tem o objetivo de analisar o cenário global em seus mais variados aspectos e propor, sob o prisma da educação, um plano de ação que vai pautar a atuação do Sindicato. Cada tese deve conter quatro tópicos: análise da Conjuntura política, econômica e social (local, nacional e internacional); análise da Política Educacional; análise da Política Sindical e análise das Políticas Permanentes (questões de gênero, raça, sexualidade etc). Por fim, deve apresentar um Plano de Lutas, no qual deve constar as diretrizes que vão pautar as ações do Sintepe nos três anos seguintes.

Balanço da gestão

As teses podem conter ainda uma análise com o balanço da gestão atual do Sintepe, podendo integrar o caderno de teses que tenha como signatários os dirigentes. As demais podem, por sua vez, fazer uma análise da gestão atual – não é obrigatória, contudo.

Quem pode apresentar as teses?

Qualquer integrante do Sintepe pode submeter a sua tese para votação. No caso, deve apresentá-la de acordo com os prazos e requisitos estabelecidos. O prazo para a inscrição de teses no 11º Congresso do Sintepe foi até o dia 18/10/2019. Foram apresentadas três teses, cada uma delas

subscrita por correntes de opinião distintas. Há a possibilidade ainda de apresentação de novas demandas no próprio Congresso. Para isso, contudo, é necessário estar referendada por 10% dos delegados.

A apresentação de teses no Congresso

A apresentação (defesa) das teses durante o congresso ocorre em dois momentos distintos. São realizados quatro debates com palestrantes convidados (sugeridos pelos autores das teses) que dialogam em painéis que abordam, justamente, os aspectos estruturais das teses: Painel da Conjuntura, Painel Educacional, Painel de Políticas Permanentes e Painel Sindical. Após esses painéis, representantes de cada uma têm 20 minutos para apresentá-las aos delegados (congressistas).

Os delegados

São assim chamados em razão de receberem, dos demais sindicalizados das suas escolas, uma espécie de “delegação” para representá-los no Congresso – participar e votar. São escolhidos através do voto, numa eleição realizada entre os profissionais sindicalizados de cada escola e entre os aposentados.

No caso dos servidores da ativa, a quantidade de delegados por escola varia de acordo com o número de profissionais sindicalizados no estabelecimento. No caso dos aposentados, os seus representantes são eleitos na Plenária dos Aposentados.

Nº de delegados por escola

Até 10 sindicalizados	1 delegado
De 11 a 20	2 delegados
De 21 a 30	3 delegados
De 31 a 40	4 delegados
De 41 a 50	5 delegados
De 51 a 60	6 delegados

A votação

Após a defesa de cada tese pelo/s seu/s representante/s, o Congresso entra em regime de votação para eleger uma das teses.

A votação é realizada, num primeiro momento, por contraste, com os congressistas erguendo os seus crachás. Caso não seja possível identificar a maioria, a votação é realizada por cédulas oficiais.

Pós-votação

A eleição não encerra o processo. A tese vitoriosa pode receber “emendas” ou “moções”. No caso, elementos de outras teses podem incorporar-se à tese vencedora por emendas propostas pelos congressistas. Há ainda a possibilidade de os congressistas apresentarem temas novos, não contemplados pelas teses, sob a forma de moções. Tanto no caso das emendas como das moções, há votação por parte do plenário para permitir a sua análise e, ato contínuo, deliberar a sua aprovação.

Fusão do Plano de Lutas

No caso do 11º Congresso, após a eleição da tese vencedora, os representantes das quatro forças políticas presentes no encontro iniciaram um diálogo e resolveram fundir os Planos de Lutas. No caso, foi construído uma proposta com os pontos convergentes das três teses apresentadas.

Resolução final

Ao término de todo o processo deliberativo, o Congresso consolidará o Caderno de Resoluções que se tornará o Plano de Ação do Sindicato a ser implementado pela gestão.

No meio da gestão

O Congresso não coincide com a mudança de gestão do Sindicato. Na verdade, ocorre no meio do mandato, que é de três anos. E a intenção é reforçar a decisão do Congresso como a decisão da categoria, e não de uma

gestão específica. No caso, a Resolução terá que ser observada pelo tempo que resta do mandato atual e pelos dirigentes eleitos no ano seguinte.



Mesa de abertura contou com representantes de diversas entidades sindicais e representações políticas e sociais

Um encontro de esperança

Com poesia, diálogo e disposição para resistir e lutar, educadores e educadoras de Pernambuco reuniram-se no 11º Congresso do Sintepe para falar sobre Educação, Escola e Democracia

“**E**sse encontro tem gosto de esperança. Há ainda um Brasil que a gente já teve e que a gente vai recuperar.” As palavras do poeta Antônio Marinho do Nascimento, proferidas pouco após arrebatá-la plateia recitando o poema *Cântico Negro*, do português José Régio, anunciavam o que estaria por vir. Naquele grande salão, 688 delegados e delegadas se reuniam para refletir e dialogar sobre Educação, Escola e Democracia. Mais do que isso: estavam ali para decidir, de forma democrática, as diretrizes que pautariam a atuação do Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Pernambuco (Sintepe) na resistência aos desmandos de um governo central pautado pelos ataques à educação, à escola, à democracia.

Pode-se dizer, sem erro, que a luta para recuperar o “Brasil que a gente já teve”, como definiu o poeta, foi o principal tema do 11º Congresso do Sintepe, realizado em Gravatá, entre 11 e 14 de novembro de 2019. Um encontro que reuniu quase mil pessoas, entre congressistas, palestrantes e equipe. Representantes de

um universo ainda maior de pessoas, representantes de uma luta urgente, expressa no tema escolhido para a reunião: Educação, Escola e Democracia.

Uma luta pelo Brasil que requer união, marca presente no Congresso. As divergências não deixaram e nunca deixarão de existir. O que ficou claro, contudo, é que elas são secundárias perto das convergências. A mesa de abertura do evento deixou isso nítido, reunindo representantes das mais diversas correntes políticas sindicais, movimentos sociais e partidos políticos.

Participaram representantes da CNTE, CUT-PE, CUT Nacional, CTB, Conlutas, Conselho Estadual de Educação, Fórum Estadual de Educação, UEP, PT, PCdoB, PSTU, MST, Fetape, Dieese, Cátedra Paulo Freire, Centro de Estudos Paulo Freire, Uespe, Sinproja, Fórum LGBT de Pernambuco, Rede de Mulheres de Terreiros de Pernambuco, Sinpmol... Todos e todas com as suas bandeiras e pensamentos próprios. Reunidos com o mesmo propósito, na mesma luta, sob um mesmo tema. Unidos por um mesmo projeto de um Brasil inclusivo, livre e democrático.

Uma noite de merecidas homenagens

A noite de abertura do 11º Congresso do Sintepe foi um momento de comemoração para o Sindicato. Na ocasião, foi lançado o selo comemorativo de aniversário de 30 anos do Sintepe (que será celebrado em março de 2020). A cerimônia foi marcada pela homenagem aos ex-presidentes e todos que colaboraram com o Sindicato durante sua existência. A aposentada e assessora do Sintepe, Severina Moreira Porpino, 81 anos, e Marcelo Celso Figueiredo, 51, funcionário do Sindicato desde sua fundação, representaram todos os demais homenageados.

Porpino, como é conhecida por todos, e Marcelo não sabiam da homenagem e ficaram muito emocionados. Porpino, no dia seguinte, pediu para subir ao palco novamente para agradecer a homenagem. “Eu acho que eu fiz a minha obrigação, é o meu compromisso. Eu estou no sindicato todos os dias, o dia todo. E fiquei esse tempo todo porque as pessoas achavam que eu podia contribuir”, disse ela, que está pensando em se despedir ao fim desta gestão.

Responsável pelo painel da unificação dos sindicatos dos professores em 1989 – leia-se o nascimento do Sintepe –, Marcelo também não sabia da homenagem. Da mesma forma, sentiu uma emoção especial. “Foi fantástico. Para mim, foi uma fita que voltou. Foi extremamente gratificante ser reconhecido pelo trabalho, pela dedicação... Sem palavras.”



Marcelo Figueiredo é funcionário e militante do Sintepe desde a fundação. Artista plástico, tem contribuído com a criação de históricos cartazes e painéis do Sindicato



Severina Porpino, 81 anos, tem dedicado sua vida à luta sindical. Foi dirigente e hoje é assessora da Secretaria de Aposentados/as do Sintepe



Todos/as os/as ex-presidentes e ex-vice-presidentes foram homenageados, além dos atuais Fernando Melo e Valéria Silva. Na sequência das fotos: William Menezes (ex-vice); Heleno Araújo (ex-presidente); Antonieta Trindade (ex-vice); Horácio Reis (ex-presidente); Florentina Cabral, conhecida por Morena (ex-vice); Teresa Leitão (ex-presidente); Paulo Valença (ex-presidente); Fernando Melo (presidente) e Valéria Silva (vice-presidente)



Pochmann abriu o ciclo de palestras do Congresso apresentando um panorama geral do Brasil dos dias de hoje

“Os próximos 40 anos dependerão do que está acontecendo agora”

Márcio Pochmann abriu o 11º Congresso do Sintepe convocando todos/as para uma reflexão sobre o momento desfavorável e a urgência de reagir

“A primeira década deste século nos dava um Brasil diferente. Um Brasil que nos permitiria chegar, agora, entre as cinco economias mais ricas do mundo. Uma sociedade da inclusão, do pleno emprego, da aposta na formação. Era um grande sonho do qual nós fomos acordados em 2015.”

Fosse um ponto final, a frase do economista e político Márcio Pochmann induziria ao desânimo. De fato, desde a derrubada do governo democrático – a partir do impeachment da presidenta Dilma Rousseff –, o Brasil abandonou o seu projeto de ser um país de todos. Voltou a ser um país pautado pela exclusão, governado

pela e para as elites, por uma retórica falsa e preconceituosa imbuída em revogar as conquistas sociais das últimas décadas.

Mas a fala de Pochmann, que abriu o 11º Congresso do Sintepe, não encerrava ali. Nas palavras seguintes, dois sentimentos necessários ao momento. O primeiro, de reconhecimento do cenário extremamente desfavorável, de sucessivos retrocessos. O segundo, de reação.

“Esse é o jogo, e o jogo está sendo jogado. Nós fomos derrotados, mas nada nos impede de vencermos novamente. O que nos impede é fazer aquilo que a mídia nos diz todo dia: que não tem saída. Que temos de procurar a saída individual. O que



Alan Whithe Fotos Públicas

“

A década de 1930 é muito importante porque há ali um movimento de avanço. Ocorre que, simultaneamente, há uma correlação de forças, há forças do atraso. Quando é que a Consolidação das Leis do Trabalho, que é um marco na história dos trabalhadores brasileiros, foi implantada? Em 1943, durante o Estado Novo. Teve que ter um Estado Novo, uma ditadura para poder implantar direitos sociais, porque a aristocracia rural não permitia

”

Brasil vive um cenário de perda de direitos desde o golpe de 2015

nos impede de vencer é o medo. O medo de fazer diferente, o medo de ousar, o medo de se rebelar. E eu não tenho dúvidas de que um evento como este ajuda a nos afastar do medo e construir um Brasil melhor.”

Prólogo

Foi uma abertura precisa e necessária. A palestra de Márcio Pochmann conscientizou ainda mais os representantes dos trabalhadores da educação pernambucana da importância daquele encontro. Os seus alertas, ensinamentos e convocações perpassaram todo o cenário vivido no Brasil e no mundo contemporâneos. Serviram de prólogo para os diálogos que viriam a ser realizados nos dias seguintes, o grande alicerce das diretrizes da categoria nos próximos anos.

Anos fundamentais para o Brasil de hoje e de amanhã. “Os próximos 40 anos dependerão do que está acontecendo agora. Tudo isso vai repercutir nos próximos quarenta,

cinquenta anos. E nada vai mudar se não nos mexermos”, alertou, classificando o atual momento do país como uma “mudança de época”, um período de convulsões na estrutura social, econômica e política do país. A “terceira mudança de época” na história do país, registrou.

As mudanças de época

Segundo ele, o Brasil atravessou duas mudanças de época antes da atual. A primeira aconteceu no fim do século XIX, marcada pelo fim da escravidão e queda da monarquia; a segunda foi a transição de uma sociedade de natureza agrária para urbana, ocorrida a partir da década de 1930.

Nos dois momentos, houve o afloramento de um projeto de país através de movimentos que buscavam avanços sociais, propunham a libertação e a inclusão de quem se encontrava à margem da sociedade. Movimentos que enfrentaram reações contrárias (“encontrou uma

correlação de forças”) que buscavam estancar tais avanços. Defendiam, implicitamente, a manutenção de uma sociedade excludente dos privilégios que detinham. Como, aliás, acontece agora.

“A luta pela libertação dos escravos era uma luta muito difícil. Imaginem os parceiros, os pares de Joaquim Nabuco, de Rui Barbosa no parlamento. Todos filhos ou senhores de engenho, donos de escravos. Foi uma batalha que encontrou uma correlação de forças que, no fim, não permitiu o sonho dos abolicionistas se estabelecer. O desejo não era apenas a soltura dos escravos, e sim, sobretudo, a sua inserção na sociedade, mediante a distribuição da terra, da difusão das escolas que permitiram a alfabetização dos escravos”, afirmou, traçando um paralelo com os tempos atuais.

“E o que é que nós tivemos: a elite da época, assim como a elite atual, diante de uma mudança de época, traçou o mesmo argumento. Qual é o argumento, sintético, que a elite nos diz a cada dia através dos meios de comunicação? Não na essência, mas sempre na aparência. Nos dizem que o Estado Brasileiro gasta demais. O que é esse gasto a mais? O gasto a mais, na verdade, é o gasto com os pobres.”

A luta continua!

A abordagem reflexiva de Pochmann, confrontando o passado e o presente, desaguou na questão fulcral da luta pela combatida democracia brasileira. Que é, aliás, um dos desafios postos ao próprio Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Pernambuco (Sintepe) enquanto instituição



Pochmann dividiu a mesa com o presidente e a vice-presidente do Sintepe, Fernando Melo e Valéria Silva

defensora de uma educação libertadora, democrática. Resistir e lutar não é uma opção. A questão, contudo, é: como lutar?

Isso porque a conjuntura atual, como bem destacou o economista, é distinta do que era há poucos anos. Em que pese existir uma grande massa de insatisfeitos com o governo federal brasileiro, trata-se de um sentimento difuso, individual. Muito por conta dos inúmeros ataques aos direitos e instituições democráticas promovidos pelos governos antidemocráticos. A reforma trabalhista e o congelamento dos gastos nas áreas de educação e saúde são exemplos de medidas que tornaram ainda mais precárias as condições da população e enfraqueceram as instituições que forjam as lutas coletivas.

Pertencimento

O economista lembra que, na época urbano-industrial, havia uma identidade entre as diversas classes – as categorias de trabalhadores, por exemplo. Havia um pertencimento, uma convergência coletiva. Hoje, a precarização do trabalho gera, além do desemprego, uma informalidade. “É uma massa completamente insatisfeita, que quer uma agenda de inclusão, mas age de forma individual”, afirma. Estão desconectadas, na avaliação de Poschmann, das instituições que têm a capacidade de transformar a “insatisfação individual em rebeldia coletiva.”

“O problema é que as instituições que nós temos hoje – sindicatos, partidos, associações – que são instituições da sociedade urbano-industrial, não conseguem se conectar com esse novo mundo do trabalho. Este é o desafio de todos nós”, finalizou.

“ O que eu quero chamar a atenção é que nós estamos vivendo um período de avanços e retrocessos. E isso foi uma marca do que aconteceu a partir da década de 1930. Hoje, guardadas as devidas proporções, nós estamos no mesmo movimento, de avanço e retrocesso. Só que a sociedade é completamente diferente daquela que pariu a democracia nos anos 1980. Nós estávamos ali, na década de 1980, no auge da sociedade urbano-industrial, de amplas massas de trabalhadores concentradas na indústria. Nós tínhamos uma vasta classe média assalariada que saía às ruas para defender a educação pública, a saúde pública, os direitos sociais de maneira ampla. Precisamos entender essa nova sociedade e engajá-la ”

Grupo de estudos Paulo Freire

Durante todo o 11º Congresso do Sintepe, o Grupo de Estudos Paulo Freire apresentou os resultados de um ano de atividades, com reuniões periódicas na sede do Sindicato, sempre discutindo a obra de Paulo Freire e contextualizando-a com a realidade das escolas em Pernambuco. Caso você tenha interesse em participar, ligue para o Sintepe e procure informações.



Existe saída para a crise

É pela esquerda e buscando a unidade da classe trabalhadora em defesa dos seus direitos

O panorama político é desfavorável, ninguém duvida. Há, em todo mundo, nos últimos cinco anos, uma avalanche neoliberal que prega uma agenda de direita, que busca mitigar a democracia onde quer que ela resista, atendendo às necessidades de um novo imperialismo que busca, a qualquer custo, tirar o capitalismo da crise. O assunto foi abordado pelo Painel da Conjuntura, que tinha a proposta de analisar o cenário político-econômico mundial e nacional.

O debate foi além. Os palestrantes, como era esperado, não apenas se limitaram a revelar o cenário adverso. Reconheceram o momento ruim, sim, mas também indicaram possíveis saídas para enfrentar e frear os avanços golpistas. Participaram da mesa: Carlos Augusto Abicalil, ex-deputado federal e ex-presidente da CNTE, atualmente assessor parlamentar da Comissão Permanente de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa de Mato Grosso; Jandyra Uehara, secretária de Políticas Sociais e Direitos Humanos da CUT Nacional e Marcelino Granja, engenheiro civil, gestor público e presidente estadual do PCdoB.

Granja foi quem abriu o painel. E começou com a análise das

intenções antidemocráticas do governo de Jair Bolsonaro. Na ótica dele, o Brasil vive a quarta fase de um golpe que tem como principal objetivo corromper a Constituição de 1988. Houve o impeachment de Dilma Rousseff; a prisão de Lula e a sua retirada do processo eleitoral de 2018; seguida da vitória eleitoral de Bolsonaro.

“Estamos vivendo a quarta fase do golpe: a implementação da agenda da extrema-direita, com o apoio das forças do centro e de setores expressivos do capital e das classes dominantes brasileiras. O que o governo Bolsonaro quer é implantar um novo regime político no Brasil, marcado pela entrega da riqueza nacional, pelo massacre dos direitos sociais dos trabalhadores e pela regressão civilizacional e cultural”, afirmou Granja.

Para ele, o maior desafio, portanto, é encontrar uma saída para o avanço ultraliberal, que passa pela criação de uma frente ampla que possibilite uma “pactuação política para a manutenção do estado democrático”. Um movimento que envolva não só a união das forças de esquerda (“o que é uma obrigação”), mas uma união ampla, com a participação de movimentos sociais e a adesão de vozes do centro, inclusive.



Marcelino Granja analisou a agenda implantada pela extrema-direita no Brasil e no mundo



Jandyrá: “Brasil é estratégico para imperialistas”

Uma concentração de renda brutal

A secretária de Políticas Sociais e Direitos Humanos da CUT Nacional, Jandyrá Uehara, destacou um aspecto da nova conjuntura ultraneoliberal que atingiu um nível crítico inédito: a concentração de renda.

“Nós estamos vendo um aprofundamento do poder do capital financeiro, do poder dos bancos, do poder do capital improdutivo, dos rentistas, daqueles que nada produzem e concentram a riqueza mundial. É tão brutal que nós nunca tivemos uma concentração de renda tão grande na história da humanidade. Na história do capitalismo, pelo menos. Hoje, 1% da população mundial concentra metade da riqueza do mundo”, registrou.

“Vinte e seis pessoas têm a mesma riqueza da metade dos mais pobres do planeta. Isso não pode ser caracterizado como uma situação normal, que vai levar à estabilidade política, que vai proporcionar regimes democráticos. É uma situação econômica que leva a ataques profundos de retiradas de direitos e de superexploração da classe trabalhadora”, acrescentou.

Essa concentração contraria frontalmente a democracia no mundo e favorece a “coalizão golpista” que tomou o Brasil de assalto. Uma conquista estratégica, segundo ela. “Dar um golpe no Brasil significou desestabilizar a América Latina toda, especialmente a América do Sul. Portanto, o Brasil é estratégico para o imperialismo americano e para as forças do grande capital. A gente precisa ter clareza disso para entender o tamanho do inimigo que nós estamos enfrentando”, registrou.

Para ela, o papel do movimento sindical e das pessoas que participam dele é organizar a classe trabalhadora, ouvindo e dando voz.



Carlos Abicalil: “A gente não pode ter medo”

“Aos cortes, não, não, não!”

“É para sempre / que cantaremos / aos cortes não, cortes não, cortes não, não, não! / É para sempre / que cantaremos / ao Brasil todo educação.” Adaptando letra ao ritmo da popular canção que virou símbolo da luta antifascista na Itália, Bella Ciao, Carlos Abicalil começou a sua participação no 11º Congresso do Sintepe. Fechando o painel da Conjuntura Política, Econômica e Social, o ex-deputado federal e ex-presidente da CNTE captou a atenção de todos os presentes ao mostrar a responsabilidade de cada um dos presentes, enquanto cidadãos, para mudar o cenário atual.

Abicalil não destoou dos demais palestrantes ao analisar o cenário global. Ao dar os seus tons de cinza ao cenário econômico-político-social, deu ênfase à relação entre os poderes constituídos e a dinâmica social; colocou o estado como objeto de disputa, hoje dominado por um governo ultraliberal; e, em todo esse contexto, situou a educação abandonada e sucateada.

Nesse sentido, Abicalil revisitou o recuo que a educação vem experimentando desde 2016, quando veio o golpe que tirou Dilma Rousseff da presidência. De forma alguma, tratou a situação como irreversível. Ao contrário! Relembrou outras vitórias obtidas a custo de muita luta, que não pode esmorecer nesse período crítico.

“O estado pode ser diferente do que nós temos hoje. O estado não é uma amarra estática. E a política pública também não. Ela é produto de uma correlação de forças, de tensões, de desequilíbrios”, avaliou, reforçando a necessidade de unidade para atingir os objetivos, sem que essa necessariamente afaste as divergências. “A gente não pode ter medo dos conflitos. A gente não pode ter medo das identidades. A gente não pode ter medo das diferenças. É nela que se constituem uniões sólidas, estáveis.”



Mesa de palestrantes educadoras trouxe também perspectivas para a luta no cotidiano das escolas

Educação cidadã sob ataque

Painel Educacional abordou os retrocessos impostos pelos governos antidemocráticos à educação

É inapropriado eleger um dos painéis do 11º Congresso do Sintepe como o mais importante. A necessidade de uma leitura ampla da situação torna todos os temas igualmente relevantes e urgentes. Todavia, é possível classificar o Painel Educacional como o mais sensível de todos. É, de fato, o que aproxima a conjuntura da realidade econômica, política e social do dia a dia dos educadores e educadoras. Um ambiente para todos refletirem sobre os retrocessos que vêm sentindo na pele, no “piso” da escola.

O painel teve o propósito de debater, fundamentalmente, sobre a educação que está sendo ofertada no Brasil atualmente.

O processo de desvalorização proposital da educação é observado desde que os ataques à democracia tiveram início, com o impeachment de Dilma Rousseff. Um retrocesso acentuado no primeiro ano do mandato de Jair Bolsonaro, avesso aos ideais democráticos, defensor de uma educação sectária, da sua utilização como instrumento de doutrinação ideológica.

Debateram sobre a educação brasileira no Congresso as educadoras Madalena Guasco, professora titular do Departamento

de Fundamentos da Educação da PUC/SP; Andrea Gouveia, presidenta da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd); e Ivonete Alves Cruz, presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Educação Básica do Estado de Sergipe (Sintese) e representante da secretaria de Políticas Sociais da CNTE.

As escolas cívico-militares

Todo o diálogo realizado na mesa foi perpassado pela conjuntura nacional e estadual vivida pela educação no país nos últimos anos, com o enfoque nos retrocessos vividos e sentidos na pele. Do congelamento de gastos na educação pelos próximos 20 anos, promovido pela Emenda Constitucional 95/2016, pelo governo golpista de Michel Temer, à invasão do ambiente escolar pela ideologia das escolas cívico-militares, um dos principais projetos do governo Bolsonaro para a educação.

Quem trouxe a problemática ao debate foi Madalena Guasco, revelando aspectos ideológicos absurdos das escolas cívico-militares, já instituídas em Goiás e Brasília e que serão expandidas para todo o Brasil a partir do Decreto 10.004/2019,

que institui o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares nos municípios e estados.

“Para vocês terem uma ideia, existe um regulamento nas escolas de Goiás cujo documento (eu tenho este documento), em seu artigo 246, diz o seguinte: ‘Se o seu colega abraçar você dentro da escola, os dois estão expulsos.’ Você não deve olhar o seu superior no olho. Faz parte do regulamento! E o mais triste, companheiros e companheiras, é que existem famílias que, diante da precariedade de vida, estão achando que vão salvar o filho se colocá-lo nisso. Ou seja: eles estão disputando com a gente não só a visão de conhecimento, mas as nossas crianças! Tentando transformá-las em seres alienados que fazem o que o superior manda. Isso é muito triste e depende de nós reverter esse quadro”, afirmou.

O governo federal diz que há 203 escolas cívicos-militares em funcionamento no Brasil. Além do Distrito Federal e de Goiás, há também escolas em outros estados como o Amazonas, onde os nove colégios militares acumularam mais 120 denúncias encaminhadas ao Ministério Público (MP-AM), dentre elas, assédio moral, sexual e violência.

O debate sobre as escolas cívico-militares também foi abordado por Ivonete Alves, que destacou o ataque crescente à autonomia dos docentes no ambiente de trabalho. “A retórica que está por trás disso é, mais uma vez, a mesma discussão que responsabiliza docentes de forma prejudicial. É o discurso da violência, do autoritarismo, que transforma negativamente o ambiente escolar e o torna ríspido, em vez de promover um espaço de pluralidade e de diversidade. Não podemos abrir mão da nossa autonomia”, ressaltou Alves.

Crise e privatização

Outro aspecto abordado na mesa envolveu a questão dos recursos da educação. À medida do congelamento dos gastos com educação nos próximos 20 anos, adotada por Michel Temer, sobrevieram outras cujo intuito, segundo a professora Andreia Gouveia é um só: construir um cenário de crise e a ideia de que a educação provida pelo estado é deficiente, abrindo espaço para a privatização do ensino público.

“Na gestão da educação, a gente tem um processo de centralização, de maior privatização, que vai se contrapor à ideia de gestão democrática. No projeto pedagógico, você tem esse conservadorismo ideológico expresso em formas de controle, especialmente sobre o trabalho docente, que se contrapõe ao conceito de autonomia, de pluralismo de ideias. Do ponto de vista dos trabalhadores em educação, você tem um silenciamento que refuta a ideia de valorização dos trabalhadores”, sintetizou.

De acordo com ela, o único direcionamento do atual governo para a educação é pautado pelo corte de investimentos baseado na ineficiência do sistema atual, inclusivo. Fala-se em gestão técnica, a necessidade de corte de gastos – incluindo a questão salarial dos professores – como medidas necessárias para melhorar o sistema educacional do país. Uma contradição nítida de quem quer destruir, rapidamente, os avanços obtidos nos últimos 15 anos. Um cenário que exige um enfrentamento de toda a sociedade.



Madalena revelou aspectos autoritários das escolas cívico-militares



Andreia alerta para ameaça conservadora e controle ideológico



Ivonete reforçou a necessidade de ensino plural e autônomo

“

Eles dizem que é opcional (a adesão às escolas cívico-militares), mas não é, porque você recebe dinheiro só se você optar. Desde que esse governo assumiu, estados e municípios estão com uma enorme dificuldade de receber verbas da União

Madalena Guasco

Uma das estratégias do atual governo é deslegitimar a escola atacando os professores. Congelar os gastos em educação é, necessariamente, congelar salários e condições de trabalho dos profissionais em educação

Andreia Gouveia

Convivemos numa conjuntura de golpe que tem um projeto ultraneoliberal, de ultradireita, e que não é o projeto de um presidente só. É uma construção ampla de desmonte de direitos sociais, de desmonte da educação como direito, da saúde como direito, da moradia como direito, da habitação, da cultura, do lazer

Ivonete Alves

”



Painel gerou debate intenso entre congressistas e apresentação de muitas propostas para superar crise

Luta pela sobrevivência e pela democracia!

Assim como as demais instituições democráticas, sindicatos vivem momento crítico de ataques constantes do governo

Estrangular financeiramente, esvaziar a representatividade, desestruturar – leia-se extinguir os sindicatos. Este foi um dos grandes acordos entre o governo golpista de Michel Temer e o governo de ultradireita de Jair Bolsonaro. O movimento sindical é uma das barreiras de contenção da sanha neoliberal por mão de obra barata, por desregulamentação e lucros exacerbados para o capital financeiro. Não por acaso Temer e Bolsonaro colocaram os sindicatos na mira dos seus ataques mais duros.

O sindicalismo, portanto, chega a um ponto decisivo de sua luta. Essencial na redemocratização do país, as entidades agora batalham por uma dupla sobrevivência: da democracia e da sua própria. Um desafio que foi abordado com profundidade no 11º Congresso do Sintepe. O Painel Sindical contou com as exposições de José Feijó, ex-presidente da CUT/SP; Altamiro Borges, do Centro de Estudos da Mídia Alternativa Barão de

Itararé; e Múcio Magalhães, ex-vereador do PT no Recife.

Feijó começou analisando as medidas do governo, principalmente no tocante à ideia de acabar com a unicidade sindical, que tem como inspiração o modelo do Chile. “No modelo chileno, a cada 20 trabalhadores, você pode formar um sindicato. Assim, se um local de trabalho tiver 100 trabalhadores, podem existir cinco sindicatos! Só para ter uma ideia, na capital do Chile, em Santiago, existem 400 sindicatos de comerciários e 40 confederações. É um processo pesado de pulverização”, analisou.

Ele apresentou caminhos para que as organizações sindicais possam superar o recrudescimento dos ataques ultradireitistas à sua capacidade de mobilização. “O sindicato e as centrais sindicais têm que ter a ousadia de organizar a classe trabalhadora, independentemente se ela está empregada ou desempregada. Organizar também os desempregados, construir uma pauta na qual um trabalhador que está no desemprego possa ter apoio

do Sindicato. Organizar o trabalhador fazendo a disputa cultural, mostrando a ele que sem o sindicato ele está perdido”, ressaltou.

Segundo ele, há uma união das centrais pela manutenção da atuação sindical. “Nossos eixos são: primeiro, garantir na Constituição Brasileira o direito de organização sindical. Segundo, garantir também o direito à negociação coletiva. Terceiro, assegurar o direito ao financiamento e a uma política contra práticas antissindicalistas”, resumiu.

O financiamento, aliás, é um dos pontos sensíveis. Isso porque uma das principais iniciativas do governo Bolsonaro foi justamente no intuito de inviabilizar a manutenção dos sindicatos com o fim do imposto sindical. “Desde o golpe de 2016, o governo busca inviabilizar financeiramente as entidades sindicais. Quem estava acostumado com o imposto sindical agora não está mais. E recentemente nós sofremos uma tentativa de impedir a cobrança em folha da mensalidade sindical”, acrescentou.

Sindicato é para lutar

Múcio Magalhães convidou para uma reflexão sobre o modelo sindical de hoje, sobretudo, a autonomia sindical, cuja discussão chegou de forma tardia. “O debate que a gente precisa fazer é sobre a concepção sindical. O papel do sindicato na luta política, no enfrentamento aos projetos e aos modelos que o capitalismo em crise impõe às economias periféricas para superar a crise nas economias centrais”, analisou.

Para ele, somente colocando em primeiro plano a sua missão político-social, o sindicato poderá conseguir a unidade necessária para resistir. “Precisamos retomar a concepção de que o sindicato é ferramenta de luta, não somente luta corporativa, sindical, mas luta política, de resistência, de enfrentamento ao imperialismo e seus governos, mesmo aqueles que se apresentam com um verniz democrático. Porque Pernambuco, por exemplo, é governado por um partido que contribuiu para que o golpe contra Dilma Rousseff acontecesse”, disse Múcio.

Ao inaugurar o Painel Sindical, José Feijó destacou que o momento é de buscar uma solução negociada para a proposta



“O sindicato e as centrais sindicais têm que ter a ousadia de organizar a classe trabalhadora, independentemente se ela está empregada ou desempregada. (...) Organizar fazendo a disputa cultural, mostrando para o trabalhador que sem o sindicato ele está perdido”

José Feijó



“Hoje nós estamos enfrentando um ataque imperialista que elegeu governos como o que a gente tem, que tem a necessidade, a urgência de destruir os movimentos sociais. Porque a extrema-direita não sobrevive sem destruir os movimentos da classe trabalhadora. Para ela, é preciso destruir o Movimento Sindical, o Movimento Sem-Terra, todos os Movimentos Sociais organizados. É uma necessidade para a extrema-direita, porque essas entidades são a base fundamental da resistência”

Múcio Magalhães

de reforma sindical com o Congresso. Opinião que recebeu o respeitoso contraponto de Altamiro Borges, do Centro de Estudos da Mídia Alternativa Barão de Itararé. Último palestrante do Painel Sindical, o jornalista enfatizou a série de retrocessos experimentados nos últimos anos para destacar que não vê com bons olhos qualquer negociação com os poderes constituídos no país sobre a reforma sindical.

O argumento de Borges é baseado justamente na série de medidas contrárias aos interesses sociais efetivadas nos últimos anos. Medidas antidemocráticas instituídas sem que a reação da sociedade surtisse efeito. “Nós estamos numa fase em que a gente precisa se repensar. Em um curto espaço de tempo, na questão do trabalho, vejam os golpes que eles deram”, alertou.

Borges endossou as palavras de Feijó ao analisar que os próximos ataques do governo contra o sindicato estão focados em duas frentes. A primeira é acabar com a contribuição sindical descontada em folha de pagamento. “Esse é o objetivo. A pessoa vai ter que fazer o seguinte para se sindicalizar: ela vai ter que ir com o boletinho lá no banco pagar”, falou.

O “segundo grande movimento” do governo para “asfixiar os sindicatos”, segundo Altamiro, é a intenção de fragmentação sindical, previamente destacada por Feijó. “Eles vão fazer de tudo para fragmentar. Sabe o que seria o ideal para eles? Seria que em cada escola tivesse um sindicato. Eles vão vir para cima dos sindicatos fortes”, alertou.

O cenário desenhado pelos palestrantes é crítico, mas há saídas. Altamiro Borges indicou aspectos que, em sua opinião, são essenciais para o movimento sindical.

“Um ponto fundamental é discutir como politizar mais a classe trabalhadora e como falar com a juventude. E não se confunde politização com partidarização, são coisas distintas. Dois: como construir mais unidade. Vamos procurar mais pontos de convergência e não de divergência. Unidade na categoria, unidade nas centrais e unidade nos movimentos sociais”, finalizou.



“Um ponto fundamental é discutir como politizar mais a classe trabalhadora e como falar com a juventude. (...) Unidade na categoria, unidade nas centrais e unidade nos movimentos sociais.”

Altamiro Borges



interação nas redes sociais



Zezinho Vilarim Quando debatemos em conjunto, temos um caminho a seguir, à Vitória e conquista. Sem isso não temos saídas.



Superfã

Maria Aparecida Sérgio Foi muito emocionante!



Maria Dilma Feitoza Braz Acompanhando. Bom Congresso a todos! Dia simbólico. Por dias melhores!

PARTICIPAÇÃO ATIVA!

Ao final de todos os painéis do 11º Congresso do Sintepe, a voz era aberta para que delegados e delegadas interagissem. No Painel Sindical, quase 20 pessoas se manifestaram imediatamente à abertura das inscrições. Em dois minutos, cada um pode usar a tribuna para se expressar de forma democrática, como tem que ser.



Os palestrantes provocaram e os congressistas atenderam. Apesar dos desafios, a totalidade das falas expressaram coragem, vontade de lutar e pontos de vista de quais saídas poderiam ser as mais eficazes para os ataques da ultradireita ao Movimento Sindical



A diretora do Sintepe, Ivete Caetano, foi uma das integrantes da Tese 1 a defender as ideias do texto

Debate entre forças políticas fortalece o Sintepe

No confronto democrático das diferentes ideias, a unidade se construiu entre as forças políticas que atuam no Sindicato

O Sintepe é uma instituição norteadora por ideias, por posições políticas e por teses. Para tal, tem instâncias onde os filiados e as filiadas podem intervir, debater, discordar e indicar o rumo da luta em favor da categoria. As três teses apresentadas no 11º Congresso do Sintepe representavam os anseios de forças políticas sindicais que atuam no cotidiano do Sindicato. A Tese 1, tinha a assinatura de duas correntes da Central Única dos Trabalhadores (CUT) – Articulação de Esquerda e Articulação Sindical. A Tese 2 representava as ideias da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB). Por

fim, a Tese 3 concentrou as propostas da central sindical Conlutas. A Tese 1 foi eleita como diretriz do Sindicato por maioria absoluta dos votos. Já o Plano de Lutas saiu unificado da continuidade de um debate entre as três forças presentes no Congresso (confira a íntegra nas próximas páginas).

Representantes das três teses no Sindicato concordaram em continuar debatendo os pontos do Plano de Lutas que não obtiveram consenso. Eles continuarão sendo discutidos democraticamente nos espaços de debate do Sindicato como os conselhos de representantes, assembleias e conferências.

Tese cutista será norte político do Sindicato

A Tese 1, intitulada “Sindicato Forte, Direitos, Soberania, Democracia por Lula Livre” e representada pelas forças políticas da Central Única dos Trabalhadores (CUT) – Articulação de Esquerda e Articulação Sindical – reuniu a maioria dos delegados e delegadas em torno de suas ideias. O compêndio de ideias é dividido em análises sobre as conjunturas internacional e nacional, conjuntura estadual, política educacional, política sindical, políticas permanentes e plano de lutas.

As três teses tiveram muita concordância na análise da conjuntura nacional e internacional. Os ataques do governo de extrema-direita de Jair Bolsonaro, principalmente à educação, assim como a conjuntura adversa e o recrudescimento do capitalismo neoliberal mereceram profunda análise de todas as forças políticas.

Já no âmbito estadual, o modelo de gestão do Governo de Pernambuco recebeu duras críticas da Tese 1, principalmente nos assuntos de gestão e condução educacional. As críticas miraram o propalado “Programa de Modernização da Gestão”, a falta de democracia e participação popular, o cerceamento às eleições de diretores nas escolas, dentre outros assuntos.

Por exemplo, a tese considerou um afastamento do princípio de justiça na organização dos sistemas escolares: a criação de parâmetros de avaliação meramente meritocráticos. Para eles, nesse

tipo de avaliação, “os resultados escolares são descontextualizados” e os professores e professoras são responsabilizados por fatores que interferem nas trajetórias escolares dos estudantes e sobre os quais eles não têm qualquer controle. “Por exemplo, as condições socioeconômicas das famílias e o acesso destas aos bens culturais, entre outros”, diz o texto da Tese 1.

“Essa política de resultados, focada em parâmetros limitadores da qualidade social da educação, tem comprometido a valorização profissional dos trabalhadores em educação, com a perda constante da autonomia docente no processo pedagógico, a fragmentação salarial com impactos na carreira e uma intensificação do trabalho, dado pelo aumento das exigências sobre o trabalho do professor/a em relação ao desempenho dos estudantes e consequentemente o nível crescente de adoecimento da categoria”, defendem.

Em sua avaliação do contexto estadual, a Tese 1 critica a criação do AEG (Adicional de Eficiência Gerencial). “Política de controle burocrático de processo pedagógico, visando metas e resultados quantitativos e dependentes do fruto de trabalhos coletivos que restringe essa bonificação a poucos membros da equipe escolar”, diz o texto (leia a tese vencedora no site do Sintepe).

A tese alertou para o Sindicato continuar lutando pela “urgente reformulação” do Plano de Cargos e Salários da categoria. “Precisa dar conta de diversas distorções de jornadas de trabalho, salários e progressões congeladas ao longo do tempo”, diz o texto, que também ressaltou problemas como a “ausência de atribuições dos analistas educacionais e o reconhecimento de seu nível de escolaridade com valorização salarial; a jornada ampliada dos servidores administrativos e o desenvolvimento na carreira”.

As estratégias sindicais para derrotar as forças de ultradireita que comandam o poder central no Brasil também foi destaque na tese, assim como a necessidade de reafirmar o sindicato como entidade autônoma diante de governos e partidos políticos.



Votação confirmou maioria dos congressistas em torno da Tese 1

Plano de Lutas unificado é nossa receita para a mobilização

O Plano de Lutas é a parte das teses que contém, fundamentalmente, as ações práticas e cotidianas do Sindicato. A união dos três Planos de Luta foi possível com um profundo debate político, no qual os pontos divergentes das teses 2 e 3 foram retirados e as concordâncias foram incluídas no documento final do Sindicato. É um recado e uma certeza de que o Sintepe e as forças que atuam em sua base continuarão de mãos dadas para enfrentar o cenário adverso nos próximos anos.

“A categoria dos trabalhadores e trabalhadoras em educação sempre mostrou força para enfrentar qualquer adversidade que surgiu para defender os seus direitos, para defender a Educação, a Escola, a Democracia. E sempre fizemos isso com diálogo, com união. E vai continuar sendo assim”, enalteceu Fernando Melo.

O 11º Congresso do Sintepe é um feito incrível no cenário político brasileiro, com os ataques ao movimento sindical em marcha desde o governo golpista de Michel Temer e recrudescendo na atual administração extremista de Jair Bolsonaro. “Somos um ponto fora da curva, porque não é todo sindicato que, num momento de crise desse, consegue realizar um Congresso dessa magnitude, com representantes de todas as regiões do estado, de todos os segmentos do sindicato. Tudo isso exige o compromisso de que nós, ao retornarmos aos nossos locais de trabalho”, lembrou Fernando Melo

O Plano de Lutas do Sintepe está publicado na Revista Educar como um guia prático para nossa atuação cotidiana. Confira, apreenda, atue!



Apesar de ideias divergentes, o clima foi amistoso, a consciência era de que a verdadeira luta estava fora daquele plenário e o objetivo era unificar a categoria contra a série de ataques que virão em 2020, dentre eles, cortes de investimentos em educação, reforma da previdência no Estado e avanço da ultradireita contra a organização da classe trabalhadora

Confira as resoluções do Plano de Lutas aprovadas no 11º Congresso do Sintepe

Como Classe Trabalhadora, é imprescindível tornar a luta pela Educação Pública uma condição permanente e de defesa do projeto de sociedade com amplo acesso da população ao conhecimento e aos bens culturais e a defesa intransigente da Valorização Profissional dos Trabalhadores/as em Educação. Nesse sentido, todos os segmentos dos/as trabalhadores/as em Educação presentes neste congresso se comprometem a:

- Defender os princípios inscritos na Constituição de 1988, de forma a assegurar o direito à Educação Pública, gratuita, integral, laica e de qualidade social para todos/as, e em todos os níveis, como condição universal dos demais direitos de nossa sociedade.
- Defender a Educação Pública contra toda forma de precarização, militarização, mercantilização e privatização, exigindo dos entes públicos as dotações orçamentárias específicas e necessárias para sua manutenção e desenvolvimento.
- Lutar pela manutenção da constitucionalização dos recursos vinculados à educação.
- Lutar para que o Fundeb se torne uma política pública permanente, com ênfase na destinação das verbas públicas do fundo somente para as escolas públicas e de gestão pública.
- Defender a existência das escolas dialógicas e libertárias com fundamentação nos ideais dos direitos humanos, da tolerância, da justiça social e da igualdade.
- Lutar em defesa da democracia, pela soberania nacional, pela revogação da EC 95 e pelo cumprimento das metas do PNE/PEE.
- Participar de campanhas estaduais, nacional e internacional pela paz, pelo respeito à preservação do meio ambiente, pela dignidade humana, pela erradicação da pobreza e contra a exploração sexual infantil.



● Participar das mobilizações convocadas pela CNTE e pela CUT, para exigir dos governos federal e estadual a devida aplicação das leis que garantam o direito à educação, com qualidade social e efetiva valorização dos/as profissionais da educação, bem como para impedir medidas que promovam retrocessos na educação básica pública.

● Exigir medidas que promova o aumento da arrecadação estadual, garantindo aporte financeiro com investimento direcionado à educação pública, com transparência na prestação de contas e controle social.

● Organizar a categoria e os demais segmentos da comunidade escolar para desenvolver ações em defesa da criação de órgãos colegiados como Conselho Escolar e Grêmio Estudantil autônomo, e ainda lutar por criação de lei específica sobre a Gestão Democrática nas unidades escolares.

● Lutar pelo acesso, permanência e equidade na escola pública, com atenção às escolas do sistema prisional e dos centros de atendimento especiais.

● Lutar por concurso público para todos os segmentos de trabalhadores/as em educação.

● Lutar por formação inicial e continuada para todos/as trabalhadores/as em educação sem ingerências de empresas privadas.

● Lutar pelo cumprimento da lei do Piso Nacional Salarial do Magistério com repercussão na carreira, exigindo do governo o reajuste do Piso para todos/as os/as trabalhadores e trabalhadoras em educação, incluindo os contratos por Tempo Determinado (CTDs).



● Lutar por garantia de melhores condições de trabalho e zelar pela saúde dos/as trabalhadores/as de educação, cobrando do Governo do Estado política específica para tratar e prevenir os altos índices de adoecimento da nossa categoria.

● Lutar em conjunto com o Fórum dos Servidores Estaduais em defesa da ampliação da Assepe.

● Lutar em conjunto com o Fórum dos Servidores Estaduais pela manutenção, ampliação e melhorias do Sassepe, além de reivindicar realização de concurso público para todas as especialidades médicas no HSE.

● Continuar exigindo do Governo do Estado a descentralização da junta médica, bem como da requalificação dos postos avançados do SASSEPE pelo interior, garantindo seu pleno funcionamento, sua descentralização e ampliação do atendimento.

● Realizar campanha de filiação ao Sintepe em todas as regiões do Estado, para fortalecer a

organização e a mobilização da nossa categoria.

● Lutar pelo pagamento do passivo do Ipsep.

● Intensificar a luta pela igualdade de gênero, combate à homofobia, ao machismo, ao racismo e à violência contra a mulher e contra os/as negros/as, promovendo ações que fortaleçam os trabalhos desenvolvidos pelos coletivos: de Combate ao Racismo, de Mulheres, de Saúde, LGBTQI+, de Aposentados/as, de Formação e de Juventude.

● Manter parceria com outros sindicatos da educação, com os movimentos populares e estudantis organizados.

● Exigir o funcionamento de grupos de trabalho formados por representantes do Sintepe e da Secretaria Estadual de Educação, para tratar da infraestrutura dos locais de trabalho, da formação continuada e das políticas públicas educacionais.

Continuar reivindicando o reajuste anual sobre as gratificações nominais e a criação de adicional de insalubridade para os/as servidores/as lotados/as em locais insalubres.

Intensificar a mobilização para a criação da lei do Estatuto dos/as Profissionais da Educação.

Exigir do Governo do Estado criação do Programa de Formação dos Conselheiros e das Conselheiras que atuam nos Conselhos Escolares e no Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb, tal como investir na contratação de assessoria técnica para os/as conselheiros/as.

Lutar pela efetivação de Escolas para Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio de Tempo e Formação Integral e Educação de Jovens e Adultos como Política de Estado, garantindo aos estudantes que não têm disponibilidade para o horário integral suas matrículas nas escolas regulares.

Lutar pela ampliação de Bibliotecas Escolares, tendo como parâmetro a Lei 12.244/2010, que dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições escolares do país.

Lutar por uma política pública que garanta verba permanente à Biblioteca Pública do Estado, para manutenção da estrutura e dos serviços oferecidos à comunidade escolar e à população.

Ampliar a Formação Sindical na Região Metropolitana do Recife e no Interior do Estado de Pernambuco.

Intensificar as ações de combate à política de gestão por resultados e à meritocracia na rede estadual de ensino.



Reivindicar a efetivação da reformulação do PCC, garantindo a elevação dos intervalos entre as faixas, classes e matrizes, corrigindo as distorções existentes.

Reafirmar, de maneira contundente, o posicionamento contra as escolas cívico-militares.

Lutar pela revogação da Base Nacional Comum Curricular (fundamental e médio), como também pela revogação da Lei da Reforma do Ensino Médio, Lei nº 13.415/2017.

Combater os processos de padronização da educação – BNCC, BNC da formação de professores.

Reforçar a luta pelo socialismo.

Defender a soberania dos povos, contra o embargo econômico imposto a Cuba e à Venezuela.

Lutar pela liberdade de ensino e pesquisa e contra todo tipo de ataque ao trabalho da docência (LIBERDADE DE CÁTEDRA).

Continuar a luta pela democracia plena, pela soberania nacional e por uma educação pública gratuita e de qualidade com gestão pública.

Contra a Reforma da Previdência nos Estados, DF e Municípios.

Contra a implementação da Reforma Trabalhista.

Contra as privatizações.

Em defesa da Petrobrás estatal, dos Correios, Chesf e demais estatais.

Abaixo a Reforma Administrativa de Bolsonaro

Mais impostos sobre ricos e milionários, não à Reforma Fiscal de Bolsonaro/Mourão.

Contra os cortes de verbas na educação.

10% do PIB para a educação, já!

Contra o Future-se, a BNCC e demais reformas da educação.

Pelo piso salarial a partir de 30 horas e reajustado em janeiro, rumo ao piso do Dieese e com 50% da carga horária para aula atividade.

Direito do Sassepe aos CTDs e tratamento igualitário.

Vales-refeição para os contratos temporários.

Manutenção de turmas de EJA e do noturno.

Manutenção do SUS e das verbas vinculadas para a saúde e educação.

Contra os projetos de PPPs e OS.

Reforma Agrária.

Defesa dos índios, quilombolas e povos da floresta.

Em defesa da Amazônia, do cerrado e demais biomas do país.



Sintepe foi pioneiro ao pautar questões étnico-raciais, de gênero e sobre sexualidade desde seus primeiros congressos

Persiste a batalha contra os preconceitos

Mesa foi composta por mulheres palestrantes que apontaram formas de apresentar temáticas no cotidiano das escolas

Discutir relações étnico-raciais, gênero e sexualidade em tempos de avanço do pensamento retrógrado e conservador é urgente. Em um congresso que reúne trabalhadores/as em educação, então, é imprescindível. Apresentar números da violência que os grupos discriminados sofrem choca, mas também impulsiona a luta pela resistência. Mais ainda quando se trata de debater estes assuntos voltados para quem faz parte do ambiente escolar, em um período de perseguição aos professores e professoras na tentativa de imposição do projeto Escola Sem Partido que, entre outros ataques aos direitos humanos, quer impedir o ensino de educação sexual nas escolas.

A missão de debater o tema no 11º Congresso do Sintepe coube a uma mesa 100% formada por mulheres palestrantes negras: Berenice D’Arc Jacinto, da Secretaria de Relações de Gênero da CNE; Claudilene Silva, professora da Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab); e Ana Carla

Lemos, representante do Coletivo de Lésbicas e Mulheres Bissexuais de Pernambuco, abordaram as questões mais urgentes que atingem mulheres, população negra e população LGBTQI+ no Brasil.

Primeira a falar, Berenice D’Arc apresentou números da educação básica de 2018 por região do país, focando na representação feminina na educação brasileira. Na pesquisa realizada pelo Inep e apresentada pela palestrante, foi possível ver que a presença da mulher como educadora se destaca com a relação a dos homens no que se refere aos primeiros anos da criança na escola, como reflexo do papel de “cuidadora”, que é sempre imposto à mulher. O mesmo ocorre nas cozinhas das escolas: também é função para as mulheres. Já a segurança e a educação voltada para o mercado de trabalho, recebe o “carimbo” de “coisa de homem”, destacou Berenice.

“No mercado de trabalho da educação, vemos mais professoras se formando. No campo da pesquisa, também. Eu fiz esse recorte,



Na sequência: Berenice, Claudilene e Ana Carla. Conteúdo das palestrantes suscitou intenso debate sobre o desafio de manter essas temáticas no cotidiano das escolas

então, para dizer que independentemente do nosso perfil de formação, nós também passamos pela violência machista, seja ela psicológica ou física. Passamos por ela e também sabemos dela nas escolas e costumamos não denunciar, seja por medo ou por falta de informação. Temos que estar preparadas para denunciar, para dar apoio às vítimas. Temos que saber lidar com isso. Homens e mulheres, aliás”, afirmou a representante da Secretaria de Relações de Gênero da CNTE.

Harmônico no que diz respeito aos discursos apresentados pelas convidadas, o Painel de Políticas Permanentes avançou trazendo para a discussão as perspectivas de raça que, segundo a palestrante Claudilene Silva, não poderia estar dissociada dos temas abordados pelas demais colegas de painel: gênero e sexualidade.

“Para a gente pensar sobre raça e educação, precisamos pensar primeiro o porquê de a gente estar nessa discussão nos dias de hoje. Às vezes parece que é algo batido, que não é mais necessário falar sobre. Mas precisamos saber que nossa sociedade se constituiu como uma sociedade racista. É necessário pensar em como o racismo está na estrutura da sociedade e em como organizamos as instituições a partir dessas relações de hierarquia e de dominação que são regidas pelo racismo”, afirmou a professora Claudilene.

Insurgência

Trazendo para o Congresso a importante discussão sobre as políticas de enfrentamento ao racismo que, até hoje, vêm funcionando a passos lentos, a professora da Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab) destacou que ainda persiste na população brasileira uma ideia de inferioridade do negro perante o branco e esse pensamento perpetua a desigualdade racial e de classe.

“Podemos destacar a ideia de inferioridade do negro e das outras populações não brancas ou não europeias que foi construída. Está em nosso imaginário isso de que ‘tudo o que é preto é ruim, é mau’. Os pensamentos, os valores, as formas de se

vestir, o tipo de cabelo, a religião, os valores, a filosofia de vida... Aprendemos que tudo isso não serve, porque construíram um imaginário de que precisávamos nos livrar disso tudo, para nos livrarmos da mácula da escravidão. Precisávamos nos livrar da ideia de que éramos um país negro. O processo de branqueamento foi um tipo de política de estado criado e perpetuado. Esse processo nos perturba até os dias de hoje. Evidentemente, não é só a escravidão que vai justificar o racismo que vivemos até hoje. Se naquele momento de fim da era escravocrata, tivesse havido políticas de enfrentamento daquela situação, a realidade poderia ser outra. As políticas que surgiram não enfrentaram o racismo, e sim, justificaram a prática” afirma Claudilene Silva.

Fechando o Painel, Ana Carla Lemos, representante do Coletivo de Lésbicas e Mulheres Bissexuais de Pernambuco, falou sobre diversidade sexual, suas interseccionalidades e acesso aos serviços de saúde e de proteção contra as violências contra a população LGBT. Realizando uma palestra bastante didática, ela falou sobre a diferença entre sexo (biológico/determinado no nascimento), gênero (identidade/construção social) e orientação sexual (afetividade/desejo sexual) e trouxe afirmações de teóricos sobre o assunto.

“Apenas muito recentemente, no Brasil, temos pensado nas necessidades da população LGBT. Não só no campo da educação, mas também no âmbito da saúde e da segurança pública, precisamos de políticas que sejam pensadas para as especificidades a partir das necessidades dessas pessoas. São vários grupos, como as populações LGBT, negra e quilombola. Como vamos atuar nas salas de aula a partir dessas especificidades? Vamos saber lidar com estudantes gays, trans?”, questionou Ana Carla.

Concluindo sua fala, a representante do Coletivo de Lésbicas e Mulheres Bissexuais de Pernambuco destacou que esta década é importante na luta dos grupos discriminados, pois, somente nos governos de esquerda e através das lutas dos movimentos sociais, começaram a ser pensadas as políticas públicas que hoje atendem as chamadas minorias.



Diretora do Documentário, Petra Costa apresentou sua visão pessoal, sem deixar de explicitar os fatos históricos que ocorreram no Brasil

Essa vertigem precisa acabar

Aclamado mundialmente, documentário está entre os escolhidos para ganhar o Oscar 2020. Filme foi exibido no 11º Congresso do Sintepe

“**V**ertigem: sensação desagradável, repentina, que sugere movimentos giratórios involuntários no corpo (na cabeça)

ou nos arredores de quem sente.” Não por acaso, o adjetivo foi escolhido pela diretora Petra Costa para qualificar a democracia brasileira atual e dar nome ao seu documentário, que foi exibido durante o 11º Congresso do Sintepe, em Gravatá.

Democracia em Vertigem apresenta, pelo olhar da diretora, as fases de um Brasil que viu um projeto de país mais inclusivo e popular, que mal havia começado a ser implantado, ser destituído pelo golpe de 2016 e dos sucessivos ataques antidemocráticos que sucederam o impeachment de Dilma Rousseff.

Após ser aclamado em festivais internacionais em 2019, o documentário foi indicado ao Oscar 2020.

Não é um filme leve. É melancólico e angustiante. Desperta reações de revolta e tristeza, do mesmo tipo que sentimos ao ver o voto de Jair Bolsonaro, então deputado, na votação do impeachment: uma homenagem ao torturador de Dilma Rousseff, o coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra. Episódio triste da nossa história que foi lembrado no documentário.

Para além desses sentimentos, o documentário também deixa um alerta para os erros cometidos no passado recente do país.

Falhas administrativas e condução errônea da política econômica suscitaram um ambiente ideal para o golpe.

A narrativa do filme mescla fatos políticos com histórias familiares de Petra Costa – detentora de ricas imagens de bastidores da nossa política. É possível ver imagens feitas pela mãe da diretora ainda jovem, sobrevoando Brasília durante a sua construção. Aliás, a sua mãe é filha de um dos sócios da Andrade Gutierrez, uma das construtoras penalizadas na Operação Lava Jato. Petra é filha de um pai também militante de esquerda bastante atuante na capital federal e, por isso, cresceu no meio da política.

O prestígio dos seus pais na militância, inclusive, é o que explica as gravações de imagens privilegiadas, em entrevistas com Dilma pós-impeachment e com Lula momentos antes de sua prisão no ano passado, por exemplo.

Em *Democracia em Vertigem*, Petra estabelece seu lugar de fala como uma observadora de elite que vê de dentro, como parte dela que é. Enxerga seus privilégios e, fazendo uso deles, coloca o seu telespectador dentro da história. Ou melhor, nos bastidores dela. Por isso, é impossível assistir ao filme e não se sentir tocado. É difícil não sentir certa tontura e até enjoo. A luta para manter de pé a democracia é, sim, vertiginosa.

Saiba mais

O Sintepe projetou o filme com autorização da empresa detentora dos direitos de exibição, Netflix, por meio de sua política de exibições em ambientes educacionais.

“ OPINIÕES

O que os professores acharam do filme



“O filme registrou um momento histórico muito importante do nosso país, que a gente ainda está vivendo. Então ele nos ajuda a entender os próximos passos, o que pode acontecer até a gente se preparar. Ele me chocou, mexeu muito comigo.”

Katiane Cavalcanti – professora de história em Timbaúba, Zona da Mata



“É um filme de perseverança, porque o nosso líder, que é um líder nato, independentemente de que partido seja, foi injustiçado e o filme registra isso também. Mas ele também traz um incentivo para que a gente lute pelo ideal que acreditamos e pensamos em conquistar.”

Severino Justino Pereira – professor de matemática, Recife



“O documentário faz uma leitura corajosa, traz o enfrentamento familiar no primeiro plano pela diretora, que rasga o manto da hipocrisia, apresentando a crítica à própria estrutura da família dela e ainda estende isso a todo o povo brasileiro. Acho que o filme nos permite essa releitura e permite que a gente avalie onde estão nossos vacilos, não necessariamente como partido político, mas como população que é explorada e passa por processos cíclicos e não percebe que o traidor é aquele que senta à mesa conosco.”

Laércio Gomes – professor de língua portuguesa em Paulista





Coral do Sintepe deu um show de harmonia e força com excelente seleção musical que encantou o plenário do Congresso

Educação é cultura e inclusão

Teatro, poesia, música e dança. Atividades do 11º Congresso do Sintepe foram permeadas por diversificadas apresentações culturais e inclusivas de forte mensagem política



Balé Popular do Recife demonstrou a riqueza da cultura popular pernambucana com apresentação dos vários ritmos de nosso Estado



Eloquência e crítica social com a declamação do poeta Antônio Marinho



Grupo de Teatro do Sintepe com apresentação vibrante

A cultura como forma de desenvolvimento humano, como expressão de sentimentos e como mola propulsora de talentos individuais ou de grupos não poderia estar de fora do 11º Congresso do Sintepe. Durante os quatro dias de programação, foram várias as manifestações artísticas e culturais apresentadas no evento. Da música ao teatro, passando também pelo cinema. Atividades que também colocaram em prática o discurso de inclusão e revelaram alguns talentos “escondidos” nos professores.

O brinde à cultura começou na abertura do congresso, que contou com a marcante participação do poeta Antônio Marinho, recitando o poema *Cântico Negro*, do poeta português José Régio, para receber os congressistas. Na mesma noite, encerrando as atividades do dia, o Balé Popular do Recife brilhou o Congresso com a sua alegria, repleta de referências tradicionais da cultura pernambucana. Frevo, Caboclinho, Maracatu, Afoxé subiram ao palco. O espetáculo apresentado aos participantes do Congresso reuniu ritmos, danças, figurinos típicos da nossa região.



Diretor da Secretaria de Políticas Sociais e do grupo de teatro do Sintepe, Ivan Rui ressaltou a riqueza e a diversidade das apresentações do Congresso



Umas das atrações mais esperadas em termos culturais foi a apresentação do Grupo de Teatro do Sintepe. Com nova formação, o Grupo apresentou durante o congresso, a peça *A Incelença*, de Luiz Marinho. Formado por representantes setoriais, estudantes, diretores e aposentados/as da categoria, o grupo teatral se mostrou afiado no palco, fazendo a plateia se divertir e também refletir, já que o texto da peça levanta denúncias sociais importantes, como a mão de obra infantil, o assédio sexual e o autoritarismo dos coronéis. “Os temas se assentam muito bem em nossa contemporaneidade, mesmo sendo uma peça de 1962”, contextualizou Ivan Ruy, que dirigiu a apresentação.

O protagonismo do Sintepe na área cultural foi além do teatro. Como já é tradição nos eventos do sindicato, o Coral Companheira Gercina, do Sintepe, presenteou todos/as com uma participação bem pernambucana. No repertório, contamos com Alceu Valença e Luiz Gonzaga e, para fechar, Geraldo Vandré, com direito a um passeio entre as fileiras do Congresso e um coro generalizado, reforçando que o coletivo é a essência do Sindicato.



Grupo de teatro do Sintepe subiu ao palco para encenar a peça *Incelença*, de autoria de Luiz Marinho

Elenco da peça de teatro

Telma Ratta, Vilma Marinho, Patrícia Cordeiro, Adenir Andrade, Marco Ricardo, Thiago Martins, Marina Teixeira, Paulo André, Ivan Ruy, Daniela Rabello, Marielza Moura, Priscila Siqueira, Telma Virginia, Ednaldo Silva, Paulo Valença, Rogério Xavier, Daniela Rabello, Paulo Valença, Telma Virginia, Joy Benício. **Equipe de apoio:** Marcelo Figueiredo e Levi Urbano. **Direção musical:** Albérico Silva. **Direção:** Ivan Ruy

A emocionante apresentação do teatro do CAEER

O Sintepe quis, na 11ª edição do seu Congresso, suprir uma lacuna observada nos anteriores e colocar em prática, de forma efetiva, o discurso da inclusão. Contou, para tanto, com a participação da primeira delegada com deficiência, a professora Edilane. E a iniciativa não poderia deixar de contemplar a parte cultural. Além da apresentação do Grupo de Teatro do Sintepe, o Teatro do Centro de Atendimento Educacional Especializado do Recife – CAEER, apresentou sua peça sobre educação inclusiva.

Alunos do grupo de artes, estimulação sensorial e percussão do CAEER apresentaram uma peça teatral que entrelaçava os enredos do folguedo popular Mateus e Catirina, com obras de Ariano Suassuna, como o *Auto da Compadecida*. Foram aproximadamente 20 minutos emocionantes, que sintetizaram o trabalho de um semestre realizado pela professora Mônica Freitas de Almeida.

De acordo com a professora, os alunos passaram o último semestre mergulhados no universo armorial. Pesquisaram os mais diversos elementos artísticos. Dança, literatura, música... A partir de todo esse conhecimento, com a participação determinada dos professores, montaram o espetáculo e apresentaram de forma primorosa.

Para Mônica, a participação no 11º Congresso do Sintepe foi um momento especial para todos que fazem o projeto, em especial para as meninas e meninos que estiveram no palco. Uma inclusão que ela transformou na luta da sua vida, uma luta para que todos tenham os mesmos direitos, as mesmas oportunidades. Uma batalha, sobretudo, por uma integração cada vez mais real, efetiva e sincera.

“Eu estou muito gratificada de estar aqui, ter trazido essa apresentação para um Congresso como esse, mas não estou aquietada. Acho que é preciso muito mais para conseguirmos uma inclusão verdadeira. Acho até que, aqui no Congresso, deveríamos ter uma mesa para debater o tema da inclusão, o que não aconteceu”, analisou a professora. “O Sindicato sabe dessa minha luta, das demandas da educação especial, e espero que eles olhem cada vez mais para nós”, concluiu.

Elenco da peça teatral do CAEER

Cosme Pablo, Gabriela Costa, Fabine Moraes, Luís Fernando, José Lucas, Valdir Bezerra, Erick Manoel, Gonçalo Ramos, Eliezer Antony, Eliabi Antony, Luciano Almeida.



Grupo do CAEER explorou o universo armorial



QR CODE

Assista à apresentação do teatro do CAEER.
<https://www.facebook.com/sintepedigital/videos/531850434318880/>



Edilane: “Não vou esquecer o primeiro certificado em braille que recebi por participar de um Congresso”

O exemplo da inclusão em prática

O 11º Congresso do Sintepe contou com a participação de uma pessoa com deficiência visual entre os delegados e delegadas. Ela nos contou sua experiência

Há a cegueira física, pessoal. Edilane Maria da Silva a conheceu aos 10 anos, quando, após uma cirurgia que tentava reverter um glaucoma, perdeu o pouco da visão que lhe restava. Junto da cegueira física, havia a cegueira da sociedade. Essa, Edilane conheceu antes. Nasceu com apenas 50% da visão de um dos olhos. Condição que a impediu de estudar. “Se não enxergasse o quadro, não estudava. A não ser que encontrasse um professor mais solidário. Na época, entretanto, não encontrei”, recorda.

Viria a encontrar. Duas. A primeira, aos 19 anos. Na cidade de Barreiros, litoral sul de Pernambuco, a professora Conceição cruzou com a vida de Edilane para mudar a sua vida, ensinar-lhe que não precisava dos olhos para ler. Adaptou todo o material escolar para o braille. A alfabetização veio pela ponta dos dedos. Em poucas semanas, já entendia quase tudo, tamanha era a vontade de aprender. E anos depois, concluiu o Ensino Fundamental. Depois

o Médio. E não parou mais. Ingressou no Ensino Superior, quando surgiu a segunda professora que marcaria definitivamente a sua vida. Ela mesma.

Em 2002, Edilane entrou no magistério com a missão de se dedicar para que ninguém mais, a depender dela, fosse privado da sala de aula por não conseguir enxergar. Voltou, ainda estagiária, para a escola onde abriram as portas para ela: a Escola Hélio Santiago Ramos, em Barreiros. Formou-se na Famasul (Faculdade de Formação de Professores da Mata Sul), em Palmares, para onde viajava todas as noites para estudar. Tornou-se brailista. Fez duas especializações, em Língua Portuguesa e Psicopedagogia. Ainda havia tempo para estudar para concursos. Passou em dois. Trabalha atualmente em duas escolas, uma municipal, outra estadual, adaptando todo o material escolar para braille. Vem mudando a vida de muitas pessoas, dia após dia.



Uma profissional acompanhou a professora para audiodescrições em momentos necessários. Todo o material do congresso foi disponibilizado em braille

Congresso

A lição de vida escrita por Edilane foi amplificada no 11º Congresso do Sintepe. Pela primeira vez, ela, que é professora há oito anos, participou do encontro. Foi uma das delegadas representando a sua escola. Mais do que isso: representou os inúmeros estudantes que precisam de oportunidade e de uma atenção especial para aprenderem.

Edilane revelou que já havia sido chamado em outras vezes para participar do Congresso. Por razões diversas, recusara. Não desta vez. Participou ativamente dos eventos do encontro. No fim, foi surpreendida com um chamado do palco, para ser homenageada.

A professora agradeceu a homenagem, mas não deixou o seu lado crítico ao ser questionada sobre as impressões do evento. Aprovou quase tudo. Quase. Fez uma sutil ressalva quanto à acessibilidade e mobilidade. Entretanto, colocou-se como parte da solução do problema. “Em relação à acessibilidade do hotel, eu só acho que, quando houver outros eventos, a gente pode pedir que o acesso seja melhor. Mas não é um ponto negativo para o Sintepe. Esse é um ponto que a gente pode reivindicar juntos.”

“

Meu sonho era estudar. Quando eu via alguém com deficiência que já estudava, que já trabalhava, eu dizia: ‘Se eu fosse estudar, já estaria no mesmo nível dele’. Aí, quando eu encontrei uma professora que chegou em Barreiros, aí eu comecei. E comecei com vontade. Em uma semana, eu já sabia todas as letras

Tivemos boas palestras. A de Márcio Poshmann foi muito boa. A votação foi bem divertida. E foi bom para conhecer o Sintepe ainda mais. Eu fazia parte, mas estar aqui traz uma proximidade maior, um outro olhar

Edilane Silva

Com a presença de Edilane aqui, nós estamos colocando em prática o discurso de inclusão. É algo que nós precisamos e queremos ampliar. É uma marca do Sindicato buscar a máxima representatividade possível, escutar todas as vozes. Só assim a democracia é possível

Fernando Melo,
presidente do Sintepe

”

Os frutos do 11º Congresso do Sintepe

Foram quatro dias de palestras, debates e escolhas. Período em que Educação, Escola e Democracia foram analisadas a fundo, com desafios impostos pela atual conjuntura, com o intuito de buscar a construção de soluções dialéticas, de posicionar o Sintepe no campo de luta. Um momento de riqueza ímpar, que, certamente, irá ressoar nos locais de trabalho, a partir de tudo o que os delegados e delegadas vão levar para as suas bases.



“O Congresso acontece num momento extremamente complicado para a classe trabalhadora e que exige muita resistência. Estar aqui é importante, porque notamos que nossas angústias não são coisas pontuais, que acontecem em algumas escolas, mas é algo coletivo. Problemas coletivos são resolvidos de forma coletiva.”

Clícia Roberta, Coordenadora da Regional Mata Centro do Sintepe, em Vitória de Santo Antão



“Esse foi o meu quarto congresso e sempre saímos com novas ideias. Esse mais ainda, por causa da atual conjuntura. As perseguições que temos sofrido como movimento social, como sindicato, por conta do governo federal que está querendo nos aniquilar. O governo declarou a educação como seu principal inimigo, então o Congresso do Sintepe vem para nortear o que iremos fazer daqui para frente”

Leandro Peixoto, Coordenador da Regional Mata Norte do Sintepe, em Nazaré da Mata



“O Congresso simboliza um momento de resistência dos trabalhadores em educação. A categoria está sentindo na carne toda a desestruturação da educação, esse modelo mercantilista que estão querendo aplicar. Então, o Congresso simboliza o fortalecimento de novos laços, o fortalecimento das informações, para que quem estiver aqui possa levar para o chão da escola todo esse conhecimento.”

Vera Pessoa, Coordenadora da Regional Mata Sul do Sintepe, em Barreiros

“Para mim, a palavra-chave do Congresso foi ‘fortalecimento’. A gente enfrenta uma demanda de professores, de funcionários de escolas muito desmotivados. Então, esse é um momento de fortalecimento. Aí tem a conjuntura discutida nos debates que é de fundamental importância. Voltamos com muita bagagem”.

Lucivanda, Delegada do 11º Congresso do Sintepe pela Regional Sertão do Pajeú, em São José do Egito





“Avalio positivamente o Congresso, pois ele nos mostra o tamanho do Sintepe e sua força. Colocar quase 700 delegados numa conjuntura totalmente adversa e fazer um Congresso nessa magnitude, com o nível de discussão e debate que tivemos, mostra que estamos preparados para enfrentar esse momento e as lutas que ele nos impõe”.

Robson Nascimento, coordenador da Regional Médio São Francisco do Sintepe, em Petrolina



“Foi o meu primeiro Congresso e, para mim, foi profundamente enriquecedor. Apesar de eu já ter minha militância política dentro do sindicato, eu não tinha muita atuação, participava pouco, não me sentia tão parte do sindicato. Vindo ao Congresso, eu sinto. Dá também uma dimensão maior para compreender quais são as forças que militam dentro do sindicato, compreender nossas lutas e nossos processos até chegarmos às conquistas. Achei muito válido. As mesas, as discussões, a votação das teses. Eu li as teses e, apesar de ter muitos pontos em comum, também vi as divergências, que são profundamente importantes”.

Cintia Sales, professora e delegada do 11º Congresso do Sintepe, na RMR

“O congresso é muito importante para nós, porque é a oportunidade que temos de conhecer a conjuntura nacional, mas também todo o trabalho de luta desenvolvido pelo Sintepe. Isso incentiva também os não sócios a perceberem as oportunidades que estão perdendo de debater tantas temáticas importantes que normalmente nós do interior não temos acesso, devido à distância física dos locais em que muitas palestras ocorrem”.

Rosângela Leopoldino, delegada do 11º Congresso do Sintepe pela Regional Sertão do Pajeú, em São José do Egito



“A gente sai com um norte para continuar as lutas. Apesar de ter muitos desmontes, e as palestras deixaram claro que não será um período fácil para a classe trabalhadora, saímos do Congresso com o sentimento de renovação das esperanças para passarmos essa página difícil da história”

Daniel Filho, professor de Língua Portuguesa em Petrolândia Delegado do 11º Congresso pela Regional Sub-Médio São Francisco



“O congresso é de fundamental importância, uma vez que o momento que estamos passando requer muita união, muita disposição da categoria para enfrentarmos não só os ataques que já aconteceram, mas também os que virão. A conjuntura adversa ao movimento sindical fez com que este congresso fosse diferenciado e bastante oportuno na questão da união dos trabalhadores, já que nunca mais depois de 88 os trabalhadores em educação foram tão atacados nos seus direitos, com ameaças que não cessam. Então o congresso faz com que levemos para a base uma mensagem de autoestima, de representatividade e de força”.

Altamir Monteiro, delegado do 11º Congresso do Sintepe pela Regional Mata Centro, Vitória de Santo Antão

“O congresso é nossa oportunidade de adquirir mais conhecimento sobre a estrutura da nossa base como ela está, como podemos mudar a atual conjuntura. Para nós, trabalhadores em educação, quando temos oportunidades como esta de buscar conhecimento, de trocar experiências, a gente se sente mais renovada. O painel de políticas educacionais e o painel de políticas permanentes nos trouxeram coisas que muitas vezes estão distantes do nosso cotidiano. O preconceito de gênero, por exemplo, convivemos com ele, mas muitas vezes não sabemos lidar. Há trabalhadores sofrendo com isso, com o racismo também. O painel ajuda a oxigenar as ideias, traz uma luz para que debatamos nas escolas estes temas com propriedade”.

Roserlande Marques Guedes, delegada no 11º Congresso do Sintepe pela RMR



“Como professora, a escola é um local de trabalho, mas a gente leva para casa também, esse ambiente. Nós precisamos de escolas mais bem estruturadas para atender as necessidades dos alunos, da sociedade. Essa escola precisa ser mais autônoma e independente, vivenciar o trabalho entre pais, alunos e trabalhadores em educação. A educação de qualidade pede que a escola seja participativa, aberta para a sociedade. A escola precisa ser democrática e essa democracia é um sistema que estamos vivenciando de forma contrária com esse Governo Federal arrogante, ignorante e prepotente”.

Cristina Costa, Vereadora da cidade de Petrolina pelo PT Professora e delegada do 11º Congresso do Sintepe



“O Sintepe é um sindicato que tem a visão da importância de fazer um congresso. Porque é este tipo de evento que deixa a gente atualizada sobre a conjuntura nacional e internacional. Além disso, os palestrantes trazidos são de alta credibilidade e como muitos de nós somos de cidades do interior, captamos todo esse aprendizado para aplicar in loco com outros professores e delegados”.



Raquel Chalegre, delegada do 11º Congresso do Sintepe pela Regional Mata Norte, Nazaré da Mata

“Eu achei este um congresso muito objetivo no sentido de que ficou mais claro para gente conhecer o objetivo, as forcas que atuam dentro do sindicato, de entendermos melhor a identidade de cada uma. Passamos a entender melhor as ideias defendidas, as críticas que recebemos para conseguirmos ver justamente essa identidade que desenha o pensamento da classe”.

Cristiano Antônio dos Santos, delegado do 11º Congresso do Sintepe pela Zona da Mata Norte



“Nós que somos trabalhadores em educação somos muito atacados e sofremos com a retirada dos nossos direitos. E é através do Sintepe e do congresso que nos apropriamos das notícias, de estudos, das formas de resistência. Então a importância do congresso é imensa. Gostei muito do Painel de Políticas Permanentes e de Estrutura Sindical. Vimos ali o que nos temos conquistado e o que tem em jogo, o que podemos perder. As mulheres do painel de políticas permanentes, bastante empoderadas que são, nos encorajam não baixar a bandeira de luta e nos mostram que precisamos estar junto dos nossos pares”.

Vilma Lúcia Feliciano, delegada do 11º Congresso do Sintepe, Regional Sertão do Araripe, Araripina



Olhando para dentro

Pesquisa contratada pelo Sintepe e apresentada no 11º Congresso traça um perfil da Escola e servirá de guia para atuação do Sindicato

Nascida da iniciativa da Secretaria para Assuntos Educacionais, a pesquisa encomendada pelo Sintepe à Norte Pesquisa contou com mais de 50 questões – pensadas para serem respondidas por estudantes, professores, técnicos e equipe gestora. Durante o 11º Congresso do sindicato, parte dos dados encontrados foram apresentados ao público. O todo, por sua vez, tem sido objeto de estudo da diretoria, que utilizará o material para entender e buscar atender cada vez melhor os anseios da categoria.

“A pesquisa teve como objetivo diagnosticar a realidade das escolas e ouvir o que os segmentos (estudantes, professores, equipe gestora, administrativos e analistas) almejam. O questionário foi aplicado através de amostragem, mas em cada escola foram escolhidas pessoas dos segmentos citados para responder às perguntas. A gente quer, através da pesquisa, ter subsídios para as nossas ações neste ano de 2020. Os resultados estão sendo analisados e vamos nos debruçar sobre o relatório final para ver como usaremos esta pesquisa que é de interesse de toda a categoria”, explica Sêphora Freitas, da Secretaria para Assuntos Educacionais.

As questões abordadas na pesquisa realizada pela empresa contratada pelo sindicato têm a ver com o perfil da categoria, com a estrutura das escolas e também com a opinião da categoria com relação ao próprio Sintepe. De antemão, é possível destacar alguns dados a respeito do perfil da comunidade escolar: em Pernambuco, 58.5% dos professores, gestores e servidores são mulheres, enquanto 41.5% são homens. Sobre a cor ou raça, 51.3% dos entrevistados se dizem pardos, 35.9% se dizem brancos e 11.3% pretos.

“Destacamos também o nível de escolaridade dos profissionais em educação, que é alto. Entre os participantes da pesquisa, 66.1% têm especialização e, juntando com mestrado e doutorado, temos em torno de quase 90% de profissionais que têm algum tipo de pós”, destaca Mardônio Cavalcanti, analista de sistemas e sócio-proprietário da Norte Pesquisa.

“Com relação à religião, encontramos um dado interessante, porque 54% da população se declarou católica, 14% agnóstica e 22% evangélica. Mas quando observamos os estudantes, isso muda totalmente. Os números caem de 54% para 41% de católicos, aumentam os agnósticos de 14% para 20%, e os evangélicos vão de 22% para 34%. Destaco que o Recife é a quinta cidade no Brasil com o maior número de pessoas sem religião”, conta Mardônio.

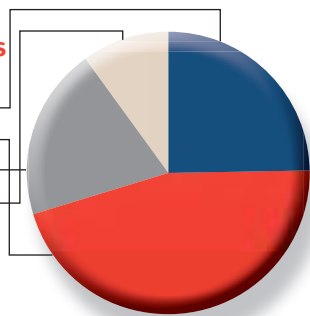


A empresa Norte Pesquisas apresentou relatório parcial no Congresso

INFORMAÇÕES DA PESQUISA

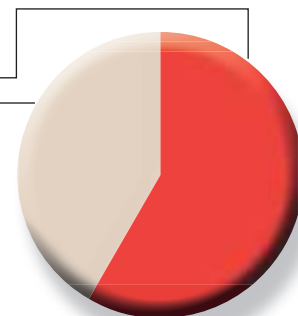
Numero de questionários por categoria de entrevistados/as

Estudante	357	(25%)
Professor (a)	673	(46%)
Servidor (a)	284	(20%)
Diretor (a)	141	(10%)
Total:	1455	(100%)

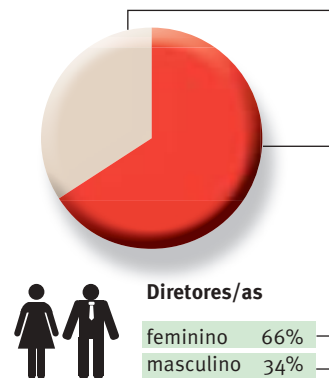
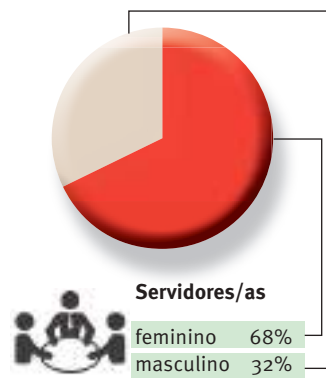
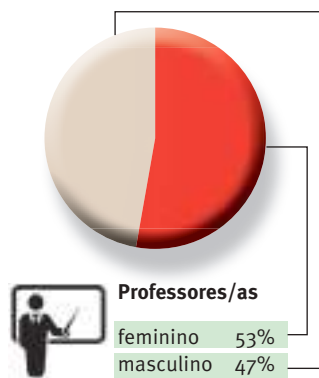
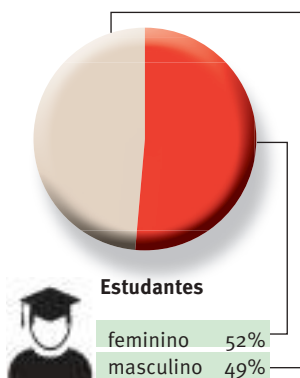


Sexo/Total

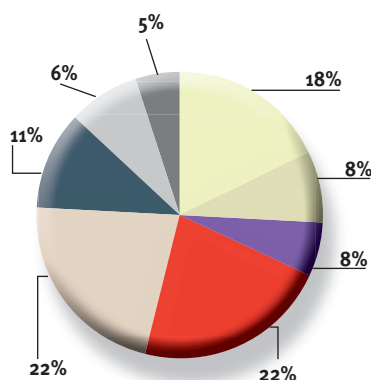
Feminino	58.5%
Masculino	41.5%



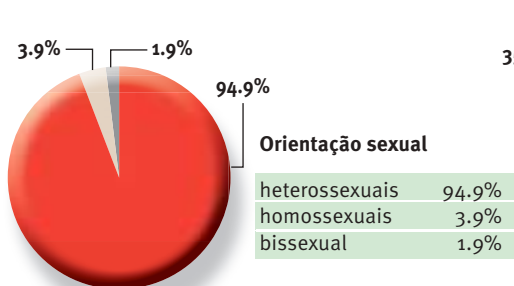
SEXO POR CATEGORIA



FAIXA ETÁRIA

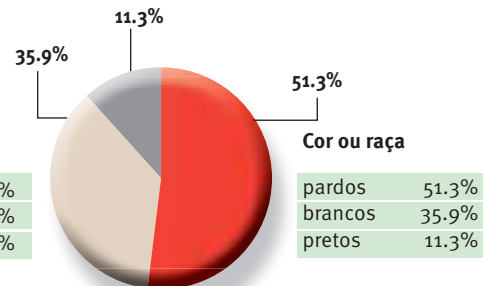


Ate 17 anos	18%
18 a 24 anos	8%
25 a 29 anos	6%
30 a 39 anos	22%
40 a 49 anos	22%
50 a 54 anos	11%
55 a 59 anos	8%
60 anos e mais	5%



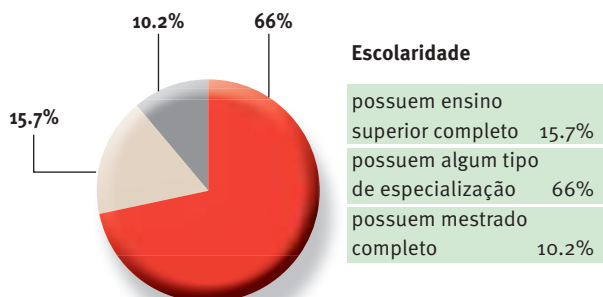
Orientação sexual

heterossexuais	94.9%
homossexuais	3.9%
bissexual	1.9%



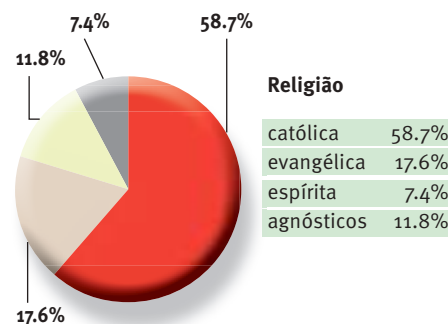
Cor ou raça

pardos	51.3%
brancos	35.9%
pretos	11.3%



Escolaridade

possuem ensino superior completo	15.7%
possuem algum tipo de especialização	66%
possuem mestrado completo	10.2%



Religião

católica	58.7%
evangélica	17.6%
espírita	7.4%
agnósticos	11.8%

Gente em movimento

Palestras, debates, diálogos, escolhas. O debate ocorrido no 11º Congresso do Sintepe, realizado no Hotel Canarius, em Gravatá, teve tudo isso. Mas não foi só. Foram quatro dias marcados por encontros e reencontros, por momentos de descontração e integração que só reforçaram a principal mensagem perpassada nos quatro dias do evento: a vitória na luta que está por vir só será possível com a união de todos/as.

abertura política









Filie-se ao Sintepe!

SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO DE PERNAMBUCO
Rua General José Semeão, 39, Santo Amaro - Recife - PE | CEP: 50050-120

f i @sintepedigital | (81) 2127.8866 | www.sintepe.org.br